



Demonstrações Financeiras 2021

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento das Regiões Centro do RS e MG -
Sicredi Região Centro RS/MG**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG

Santa Maria / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve as reapresentações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) saldos de aplicações em fundos de investimentos para caixa e equivalentes de caixa, em função de sua conversibilidade imediata, (ii) dos saldos de ingressos de depósitos intercooperativos para receita de intermediação financeira, em decorrência da natureza das operações, e (iii) dos saldos de resultado não operacional para os grupos de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo



reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, o principal fato administrativo foi a abertura de novas agências. Inauguramos uma em Belo Horizonte, nas imediações da Lagoa da Pampulha, e outra em Santa Maria (RS), a nossa primeira agência segmentada para o agronegócio. As duas não contam com estrutura de tesouraria e atendimento de caixa, por isso menos transacionais, tornando-se agências dedicadas ao relacionamento, aprimorando o modelo consultivo de atender os nossos associados.

Já a Sede da cooperativa em Santa Maria, a agência de Santana da Boa Vista (RS) e Restinga Seca (RS) ganharam novas estruturas, com ambientes aconchegantes, modernos, aprimorando o jeito Sicredi de atender. Em relação a reforma da sede, vale salientar a doação de parte dos móveis antigos para a ala pediátrica do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM).

Destacam-se também a parceria com o Sebrae RS no Projeto Guiar, criado para levar formação e apoio a associados da Região Centro do Rio Grande do Sul; a criação de linha de crédito para apoio a microempreendedores individuais (MEI); a adesão ao benefício sistêmico de redução nas taxas do produto consórcio nos meses de novembro e dezembro contemplando diversos associados; a ação "CashBack" das cestas de relacionamentos de associados, tornando sua manutenção isenta; além da ampliação da abrangência do projeto de parcerias de negócios, buscando agilizar e facilitar a entrega de soluções para as necessidades dos associados. Além disso, concedemos Linhas de Crédito Apoio PJ para empresas impactadas na Pandemia e disponibilização de Linhas Pronampe e Antecipação de Saque FGTS.

E, para ampliar ações de sustentabilidade e diversidade, em 2021 buscamos recursos fora do Brasil através de captações. Na primeira delas, firmamos um acordo com a International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, para estimular projetos de energia solar. Em outra captação internacional, buscamos recursos para micro, pequenas e médias empresas brasileiras lideradas por mulheres. A iniciativa inclui o fator gênero como critério para o uso dos recursos, assim como outros fatores sociais e ambientais. O acordo de parceria foi firmado junto à DEG, Instituição de desenvolvimento financeiro alemã, subsidiária do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), e à agência de fomento francesa Proparco, subsidiária do Banco de Desenvolvimento Francês (AFD), instituições financeiras de desenvolvimento (DFIs na sigla em inglês) que possuem o objetivo de prover financiamento e capital de longo prazo a empresas privadas em países emergentes e em desenvolvimento.

Em outra frente, a cooperativa atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. A seguir listamos os principais negócios sociais realizados em 2021:

- Nosso Dia de Cooperar (Dia C) foi responsável pela distribuição de 31,3 toneladas de alimentos, que beneficiaram mais de 2,4 mil famílias em situação de vulnerabilidade;
- Por meio do programa “Cooperação na Ponta do Lápis” impactamos cerca de 6956 mil pessoas ao longo do ano, distribuídas em 131 turmas;
- Nosso programa Crescer levou mais conhecimento e informação a respeito do cooperativismo para 4.912 mil pessoas, valendo-se de encontros presenciais (repletos de cuidado) e de uma reinvenção para o modelo digital;
- No formato digital, também seguimos apoiando nossos educadores no programa “A União Faz a Vida” que, além das assessorias, realizou em 2021 a primeira edição do Conexão do Saber – uma formação de três dias que trouxe nomes como o da educadora Emília Cipriano para palestrar e interagir com os nossos professores. Também realizamos em conjunto com duas outras cooperativas uma live especial em comemoração ao Dia do Professor com a participação do filósofo Leandro Karnal. Ao todo, quase 1.100 professores de 57 escolas, distribuídas em 13 municípios foram beneficiados, multiplicando o conhecimento adquirido com os mais de 12.200 alunos presentes nesta rede;
- Já o programa de Cooperativas Escolares pode, além da formação on-line, realizar um encontro presencial com os professores e representantes das secretarias de educação dos cinco municípios que recebem o projeto, cujas atividades em 2021 impactaram 257 alunos e 21 professores de oito escolas.
- Nosso Fundo Social investiu recursos em 36 iniciativas de instituições sem fins lucrativos, do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, apoiando projetos de educação, saúde, cultura, esporte, segurança e empreendedorismo.
- A partir do programa Guiar, realizado em parceria com o Sebrae, apoiamos o empreendedorismo, concedendo bolsas de Além disso, trabalhamos fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à retomada econômica. Entre as ações, destacamos o cumprimento de todas as medidas e recomendações dos órgãos de saúde competentes, que foram fundamentais para a retomada nas atividades presenciais. Assim como o uso das plataformas digitais, como WhatsApp e do assistente virtual Theo, que possibilitaram atender as demandas dos associados com segurança. As medidas sanitárias também viabilizaram a abertura de novas agências e a expansão da cooperativa, novos espaços físicos que irão contribuir com a economia local e também manter o relacionamento com o associado.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		2.311.857	1.866.477	PASSIVO		1.924.885	1.536.741
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	4.826	3.928	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.279.811	1.076.339
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.300.446	1.869.421	Depósitos à vista		281.838	221.317
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	152.698	28.517	Depósitos interfinanceiros		61.527	12.022
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	399.804	480.387	Depósitos a prazo		936.446	843.000
Centralização financeira	(Nota 04)	309.234	252.472	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		540.004	385.811
Relações interfinanceiras		127	101	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	502.540	336.788
Operações de crédito	(Nota 07)	1.362.037	1.054.784	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	30.185	29.816
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	76.546	53.160	Obrigações por repasses	(Nota 15)	707	1.075
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(72.278)	(75.067)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	6.572	18.132
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	4.754	2.036	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	1.523	1.574
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	39.432	34.618	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	103.547	73.017
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	28.853	25.070				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	5.824	6.471	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	386.972	329.736
				CAPITAL SOCIAL		71.210	73.008
				RESERVAS DE SOBRAS		302.111	251.327
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		13.651	5.401
TOTAL DO ATIVO		2.311.857	1.866.477	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.311.857	1.866.477

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	117.503	201.956	153.613
Operações de crédito (Nota 07)	88.339	162.304	137.977
Resultado de títulos e valores mobiliários	19.258	26.041	10.370
Rendas de operações de venda ou transferência de ativos financeiros	-	256	-
Resultado das aplicações compulsórias	8	9	75
Ingressos de depósitos intercooperativos	9.898	13.346	5.191
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(52.475)	(68.896)	(69.132)
Operações de captação no mercado (Nota 12)	(26.449)	(36.673)	(16.875)
Operações de empréstimos e repasses	(12.950)	(21.089)	(15.279)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(13.076)	(11.134)	(36.978)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	65.028	133.060	84.481
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(29.988)	(54.770)	(46.609)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	21.823	42.655	36.742
Rendas de tarifas bancárias	6.252	12.576	12.740
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 23)	(26.627)	(48.926)	(42.031)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	(25.090)	(45.468)	(36.905)
Dispêndios e despesas tributárias	(189)	(451)	(1.142)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	6.252	11.936	11.276
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(12.409)	(27.092)	(27.289)
RESULTADO OPERACIONAL	35.040	78.290	37.872
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	35.040	78.290	37.872
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	607	-	(2.299)
Provisão para Imposto de Renda	373	-	(1.396)
Provisão para Contribuição Social	234	-	(903)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.798)	(7.643)	(4.104)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	31.849	70.647	31.469

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	78.108	228.400	1.088	10.081	317.677
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(9.859)	(9.859)
Outras destinações	-	-	-	(222)	(222)
Capital de associados					
Aumento de capital	350	-	-	-	350
Baixas de capital	(7.529)	-	-	-	(7.529)
Reversões de reservas	-	-	(1.088)	318	(770)
Resultado do exercício	-	-	-	31.469	31.469
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.125)	(1.125)
Juros sobre o capital próprio	2.079	-	-	(2.109)	(30)
Reserva legal - Estatutária	-	15.754	-	(15.754)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	7.173	-	(7.173)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(225)	(225)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	73.008	251.327	-	5.401	329.736
Mutações do Exercício	(5.100)	22.927	(1.088)	(4.680)	12.059
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	73.008	251.327	-	5.401	329.736
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(5.310)	(5.310)
Outras destinações	-	-	-	(91)	(91)
Capital de associados					
Aumento de capital	478	-	-	-	478
Baixas de capital	(5.012)	-	-	-	(5.012)
Resultado do exercício	-	-	-	70.647	70.647
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.844)	(2.844)
Juros sobre o capital próprio	2.736	-	-	(2.799)	(63)
Reserva legal - Estatutária	-	39.815	-	(39.815)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	10.969	-	(10.969)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(569)	(569)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	71.210	302.111	-	13.651	386.972
Mutações do Exercício	(1.798)	50.784	-	8.250	57.236
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	70.626	251.327	-	38.798	360.751
Capital de associados					
Aumento de capital	273	-	-	-	273
Baixas de capital	(2.425)	-	-	-	(2.425)
Resultado do semestre	-	-	-	31.849	31.849
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.844)	(2.844)
Juros sobre o capital próprio	2.736	-	-	(2.799)	(63)
Reserva legal - Estatutária	-	39.815	-	(39.815)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	10.969	-	(10.969)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(569)	(569)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	71.210	302.111	-	13.651	386.972
Mutações do Semestre	584	50.784	-	(25.147)	26.221

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	42.604	71.514	40.555
Resultado do semestre/exercício	31.849	70.647	31.469
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	10.755	867	9.086
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10.272	(2.789)	3.954
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(2)	(1)	(397)
Depreciação e amortização	3.303	6.398	6.045
Baixas do ativo permanente	30	154	278
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(4)	(51)	331
Destinações ao FATES	(2.844)	(2.844)	(1.125)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(229.661)	(75.587)	290.058
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(139.886)	(124.181)	25.317
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(2.816)	(6.219)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	10.381	(26)	91
(Aumento) em operações de crédito	(377.823)	(307.253)	(162.398)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	244.225	165.752	77.264
(Aumento) em outros ativos financeiros	(19.069)	(23.386)	(9.167)
(Aumento) Redução em outros ativos	(1.153)	(2.717)	990
Aumento em depósitos	40.068	203.472	351.084
(Redução) em passivos financeiros	(10.188)	(11.560)	(807)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	72	1	1.228
Absorção de dispêndios pelo FATES	(862)	(1.664)	(1.508)
Aumento em outros passivos	27.390	32.194	7.964
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(187.057)	(4.073)	330.613
Aquisição de investimentos	(4.814)	(4.814)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(4.970)	(8.266)	(5.799)
Aplicações no intangível	(663)	(1.422)	(1.404)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(10.447)	(14.502)	(7.203)
Integralização de capital	273	478	350
Baixa de capital	(2.425)	(5.012)	(7.529)
Fundos estatutários	(569)	(569)	(225)
Juros ao capital próprio	(63)	(63)	(30)
Distribuição de Sobras	-	(5.401)	(10.081)
Reversões de Reservas	-	-	(770)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(2.784)	(10.567)	(18.285)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(200.288)	(29.142)	305.125
Caixa e equivalente de caixa no início do período	907.933	736.787	431.662
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	707.645	707.645	736.787

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	31.849	70.647	31.469
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	31.849	70.647	31.469

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento das Regiões Centro do RS e MG - Sicredi Região Centro RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 25/04/1970 e sede situada na Av. Hélio Basso, 1666, na cidade de Santa Maria - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 32 pontos de atendimento. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como intermediação financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo às sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

(c) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa

Adicionalmente, foram identificadas reclassificações relacionadas a alteração no modelo de centralização onde as Cooperativas passaram a aplicar parte de seus recursos de curto prazo em fundos de renda fixa e multimercado, os quais possuem conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de valor, sendo possível a classificação como caixa e equivalente de caixa de acordo com as premissas do CPC 03. A referida correção afetou o caixa e equivalente de caixa inicial e final do período findo em 31 de dezembro de 2020, assim como a movimentação dos títulos e valores mobiliários onde estavam sendo apresentados anteriormente.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	148.422	5.191	153.613
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	5.191	5.191
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(41.655)	(4.954)	(46.609)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	15.565	(4.289)	11.276
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(26.624)	(665)	(27.289)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	237	(237)	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS			
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(214.856)	214.856	-
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalente de caixa no início do período	166.131	265.531	431.662
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	256.400	480.387	736.787

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Disponibilidades	3.928	-	3.928
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	-	480.387	480.387
Centralização financeira	252.472	-	252.472
Total	256.400	480.387	736.787

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 2.159 (2020 - R\$ 6.117) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

I) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisadas a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A avaliação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos é apresentado na NOTA 32.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Disponibilidades	4.826	3.928
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	393.585	480.387
Centralização financeira	309.234	252.472
Total	707.645	736.787

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 98%).

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	10.295	127.975	-	138.270	18.359
DI entre Banco e Cooperativa	-	1.158	13.270	14.428	10.158
Total	10.295	129.133	13.270	152.698	28.517
Total circulante				139.428	19.058
Total não circulante				13.270	9.459

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 125% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirencia e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	85	4.180	1.954	6.219	-
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	-	-	-	-	140.581
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	393.585	-	-	393.585	339.806
Total	393.670	4.180	1.954	399.804	480.387
Total circulante				397.850	480.387
Total não circulante				1.954	-

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			Total da carteira	31/12/2020
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	6.525	87.929	203.261	359.070	656.785	561.794
Financiamentos	329	19.929	71.573	145.037	236.868	169.391
Financiamentos rurais e agroindustriais	19	35.666	285.115	147.584	468.384	323.599
Total das operações de crédito	6.873	143.524	559.949	651.691	1.362.037	1.054.784
Avais e fianças honradas (Nota 08)	295	2	-	-	297	165
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	22	137	122	281	1.373
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	-	50.093	17.788	67	67.948	47.741
Total de outros créditos	295	50.117	17.925	189	68.526	49.279
Carteira total	7.168	193.641	577.874	651.880	1.430.563	1.104.063
Total circulante					778.683	623.842
Total não circulante					651.880	480.221

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão		Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
	% Mínimo	% Adicional	31/12/2021	31/12/2020	Mínimo 2021	Adicional 2021	Mínimo 2020	Adicional 2020
AA	-	-	25.472	38.096	-	-	-	-
A	0,50	0,20	570.957	359.215	2.851	1.141	1.794	717
B	1,00	0,50	596.525	423.477	5.964	2.982	4.229	2.114
C	3,00	1,50	139.188	180.317	4.175	2.088	5.409	2.705
D	10,00	2,00	28.896	30.194	2.890	578	3.019	604
E	30,00	-	19.960	17.757	5.988	-	5.327	-
F	50,00	-	6.146	4.759	3.073	-	2.380	-
G	70,00	-	9.571	11.598	6.700	-	8.119	-
H	100,00	-	33.848	38.650	33.848	-	38.650	-
Total			1.430.563	1.104.063	65.489	6.789	68.927	6.140

A Cooperativa adotou a partir de 2020 percentuais de provisão acima daqueles definidos pela Resolução 2.682/99 do CMN, levando em consideração, além dos critérios legais, a conjuntura econômica, projeções e cenários de incertezas do período, a experiência de atuação na região e o conhecimento que possui acerca de sua base de associados, após análises dos cenários pelos colegiados da cooperativa (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), foi adotado a estratégia de majorar os níveis de risco A (de 0,5% para 0,7%), B (de 1% para 1,5%), C (de 3% para 4,5%), e D (de 10% para 12%).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Emprego (PESE) deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 120.422 (dezembro de 2020 - R\$ 110.602) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 3.716 (dezembro de 2020 - R\$ 4.852) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			Total da Carteira	31/12/2020
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	4.935	80.316	108.756	171.549	365.556	309.739
Rural	19	35.666	285.115	147.584	468.384	323.599
Industrial	119	4.885	15.287	18.325	38.616	34.955
Comércio	944	36.086	82.673	111.571	231.274	217.011
Pessoas jurídicas	1.151	36.688	86.043	202.851	326.733	218.759
Total	7.168	193.641	577.874	651.880	1.430.563	1.104.063
Total circulante					778.683	623.842
Total não circulante					651.880	480.221

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	124.847	8,73	129.450	11,72
50 devedores seguintes	228.169	15,95	191.719	17,36
100 devedores seguintes	185.283	12,95	139.841	12,67
Demais	892.264	62,37	643.053	58,25
Total	1.430.563	100,00	1.104.063	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	75.067	71.113
Constituição de provisão	50.621	75.249
Reversão de provisão	(39.487)	(38.271)
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.923)	(33.024)
Saldo final	72.278	75.067

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	54.516	97.522	89.913
Financiamentos	14.506	24.845	16.198
Financiamentos rurais e agroindustriais	12.787	22.953	21.386
Outros	86	222	76
Subtotal	81.895	145.542	127.573
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	6.444	16.762	10.404
Total	88.339	162.304	137.977

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 26.977 (2020 - R\$ 57.249).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	67.948	47.741
Rendas a receber	2.181	2.775
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	281	1.373
Avais e fianças honrados (Nota 07)	297	165
Transações com cartão de crédito	4.344	844
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	1.495	262
Total	76.546	53.160

Total circulante	74.862	52.041
Total não circulante	1.684	1.119

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	114	188
Adiantamentos e antecipações salariais	226	359
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	106	92
Adiantamentos para Confederação Sicredi	792	910
Impostos e contribuições a compensar	714	69
Cotas de consórcio	180	154
Pendências a regularizar	2.016	193
Valores em análise pela SFG	18	5
Depósito intercooperativo - Central	551	23
Outros	36	43
Total circulante	4.753	2.036
Outros valores e bens	1	-
Total não circulante	1	-
Total	4.754	2.036

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	55	139
Imóveis	40	40
Veículos e afins	2	3
Máquinas e equipamentos	7	90
Outros bens não financeiros mantidos para venda - recebidos	6	6
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(53)	(54)
Despesas antecipadas	112	103
Total circulante	114	188
Despesas antecipadas	1	-
Total não circulante	1	-

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(54)	(451)
Constituição de provisão	-	-
Reversão de provisão	1	397
Saldo final	(53)	(54)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	19.522	18.271
Sicredi Participações S.A.	19.892	16.329
Outras participações e investimentos	18	18
Sicredi Fundos Garantidores	5	5
Outras ações e cotas	13	13
Total	39.432	34.618

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	6.451.525 ON	5.296.166 ON	5	5	19.522.319	18.270.679
	13.440.304 PN	11.033.304 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,94%	1,39%	3,11%	3,11%	3,36%	4,50%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	580.337	406.094
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	591.058	416.563
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	-	-
Valor do investimento	19.892	16.329	5	5	19.522	18.271

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	49.873	(21.020)	28.853	25.070
Imobilizações em curso	-	383	-	383	2.429
Terrenos	-	11	-	11	11
Edificações	4%	4.405	(1.100)	3.305	2.499
Instalações	10%	3.720	(2.588)	1.132	1.302
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	24.055	(8.876)	15.179	11.974
Móveis e equipamentos	10%	6.540	(2.657)	3.883	2.767
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.514	(594)	920	698
Equipamentos de processamento de dados	20%	8.931	(4.911)	4.020	3.335
Veículos	20%	314	(294)	20	55
Intangível		21.139	(15.315)	5.824	6.471
Investimentos Confederação	10%	21.139	(15.315)	5.824	6.471

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	281.838	-	-	281.838	221.317
Depósitos interfinanceiros	-	41.382	20.145	61.527	12.022
Depósitos a prazo	22.804	33.086	880.556	936.446	843.000
Total	304.642	74.468	900.701	1.279.811	1.076.339
Total circulante				379.110	277.802
Total não circulante				900.701	798.537

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	997	1.150	372
Depósitos de aviso prévio	227	323	227
Depósitos a prazo	24.272	33.403	14.947
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	953	1.797	1.329
Total	26.449	36.673	16.875

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	502.535	336.786
Recebimentos e pagamentos a liquidar	5	2
Total	502.540	336.788

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	24.951	276.968	126.815	428.734	305.843
Total - Recursos do Crédito Rural	24.951	276.968	126.815	428.734	305.843
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	931	28.593	44.277	73.801	30.943
Total - Outros Recursos	931	28.593	44.277	73.801	30.943
Total	25.882	305.561	171.092	502.535	336.786
Total circulante				331.443	250.800
Total não circulante				171.092	85.986

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 12,75% a.a. com vencimentos até 01/11/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam CDI + 2,24% a.a. com vencimentos até 15/03/2028 e com 124,6% do CDI com vencimentos até 15/11/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	4.963	25.222	30.185	29.816
Total	-	4.963	25.222	30.185	29.816
Total circulante				4.963	171
Total não circulante				25.222	29.645

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	111	332	264	707	1.075
Total	111	332	264	707	1.075
Total circulante				443	383
Total não circulante				264	692

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.716	4.852
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	10.852
Recursos em trânsito de terceiros	2.856	2.428
Total circulante	6.572	18.132

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	1.301	1.341
Cível	Provável	212	229
Tributária	Provável	10	4
Total não circulante		1.523	1.574

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Trabalhista	1.341	460	(500)	1.301
Cível	229	18	(35)	212
Tributária	4	6	-	10
Total não circulante	1.574	484	(535)	1.523

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 101 e R\$ 2.091 (dezembro de 2020 - R\$ 22 e R\$ 2.570), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.495 (dezembro de 2020 - R\$ 262), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	69.355	46.471
Provisão para pagamentos a efetuar	5.492	4.418
Cotas de capital a pagar	8.733	7.291
Provisão para participações nos lucros	7.694	3.801
Fundo de assistência técnica, educacional e social	4.104	2.924
Fundo Social	1.397	996
Impostos e contribuições a recolher	2.443	3.140
Credores diversos	3.434	3.818
Cobrança e arrecadação de tributos	493	4
Pendências a regularizar	402	154
Total circulante	103.547	73.017

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	71.210	73.008
Total de associados	82.124	72.280

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -1.798 (dezembro de 2020 - R\$ -5.100), sendo R\$ 2.736 (dezembro de 2020 - R\$ 2.079) via integralização de resultados e R\$ 478 (dezembro de 2020 - R\$ 350), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.012 (dezembro de 2020 - R\$ 7.529).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,95% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.799, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 1% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	78.290	37.872
Participação nas sobras	(7.643)	(4.104)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	70.647	33.768
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(31.791)	(13.507)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	30.820	10.141
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.259	843
Demais adições e exclusões previstas na legislação	52	224
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(2.299)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Scredí, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, ScredíPar, Fundação Scredí, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Scredí, Scredí Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	152.698	28.517
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	399.804	480.387
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	309.234	252.472
Outros ativos financeiros – Rendas a receber (Nota 08)	2.055	2.236
Outros ativos (Nota 09)	792	910
Investimentos (Nota 10)	39.419	34.605
Intangível (Nota 11)	5.824	6.471
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	61.527	12.022
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	502.535	336.786
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	30.185	29.816
Outros passivos (Nota 18)	65.805	43.932
Principal e juros dívida subordinada (Nota 16)	-	10.852
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	26.041	10.370
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	15.497	13.345
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	610	792
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	1.150	372
Operações de empréstimos e repasses	21.056	15.257
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	1.998	1.222
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	11.815	12.110

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	223	0,08%	210
Depósitos a prazo	1.912	0,20%	773
Operações de crédito	2.848	0,21%	2.741

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Scredí seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	3.828	3.076

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	4.768	8.656	6.087
Cobrança	2.875	5.536	4.861
Comissões	13	17	1
Consórcios	1.563	3.022	3.241
Convênios	1.063	2.122	1.947
Distribuição de produtos e serviços bancários	7.401	15.263	13.171
Processamento da compensação	31	76	100
Seguros	3.286	6.416	5.931
Taxas e tarifas	371	732	827
Antecipação de recebíveis	192	352	285
Outros serviços	260	463	291
Total	21.823	42.655	36.742

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	15.440	28.474	24.361
Benefícios	4.550	8.656	7.783
Encargos sociais	6.313	11.356	9.768
Treinamentos	324	440	119
Total	26.627	48.926	42.031

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	556	1.098	950
Aluguéis	3.097	5.641	4.538
Comunicação	1.367	2.727	2.179
Manutenção e conservação	1.344	2.629	2.372
Material de expediente	473	716	478
Processamento dados	1.209	2.171	1.375
Propaganda e publicidade	446	882	759
Promoções e relações públicas	1.367	2.233	1.735
Serviços do sistema financeiro	1.889	3.671	3.013
Assessoria e consultoria	99	225	479
Serviços jurídicos	986	1.530	1.137
Serviços de terceiros	1.108	1.607	808
Serviços de técnicos especializados	1.825	3.239	2.029
Serviços de vigilância e segurança	1.455	2.777	2.457
Serviços de transportes	847	1.769	1.818
Depreciação	2.177	4.232	3.657
Amortização (Rateio Confederação)	1.126	2.166	2.388
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	862	1.664	1.508
Emolumentos e taxas diversas	376	727	940
Ressarcimento tarifas	821	1.115	102
Outras despesas administrativas	1.660	2.649	2.183
Total	25.090	45.468	36.905

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Absorção de dispêndios - FATES	862	1.664	1.508
Utilização de fundo social	137	167	-
Lucros na alienação de valores e bens	32	656	447
Recuperação de encargos e despesas	813	1.457	1.632
Reversão de provisões operacionais	353	716	792
Reversão de provisões impostos folha	1.953	3.262	2.758
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.107	2.136	2.425
Reversão de provisões para passivos contingentes	280	535	381
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	183	338	137
Outras rendas operacionais	532	1.005	1.196
Total	6.252	11.936	11.276

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	843	5.821	4.954
Contribuições Cooperativistas	76	149	143
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	113	217	532
Contribuição Confederação Sicredi	5.396	9.785	9.330
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	380	783	851
Encargos da administração financeira	-	1	4
Repasse Administradora de Cartões	-	-	126
Prejuízo na alienação de valores e bens	19	29	555
Provisões para garantias financeiras prestadas	704	999	2.555
Provisões para passivos contingentes	276	484	712
Outras provisões operacionais	1.843	3.369	2.805
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.549	3.076	2.988
Risco operacional	669	1.106	937
Juros e comissões	100	153	120
Outras despesas operacionais	441	1.120	677
Total	12.409	27.092	27.289

NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	31.849	70.647	31.469
Provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	649	2.154	6.140
Receita com cessão de crédito	-	(256)	-
Eventos não recorrentes	649	1.898	6.140
Resultado recorrente	32.498	72.545	37.609

NOTA 28 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	120.335	110.494
Coobrigações em cessões de crédito	87	108
Total	120.422	110.602

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NIL). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte de observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de Conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	381.148	323.265
Nível I (NI)	381.148	323.265
Capital principal - CP	381.148	323.265
Capital social	71.210	73.008
Reservas de capital	302.111	251.327
Lucros acumulados	13.651	5.401
Ajustes Prudenciais	(5.824)	(6.471)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.611.018	1.248.275
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.621	1.173
Margem de Capital	218.425	206.627
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,66%	25,90%
Situação de Imobilização (Imob)	28.871	25.087
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,57%	7,76%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Luiz Alberto Machado Lopes
Diretor Executivo
CPF: 415.985.710-87

Simone Nunes Bopp
Diretora de Operações
CPF: 954.142.070-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20